

VIAÇÃO REAL ITA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 27.177.468/0001-02
Balanço Patrimonial

ATIVO		
	2025	2.024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	473.372,88	215.310,28
Clientes	1.966.728,69	1.139.117,20
Estoques	957.299,63	1.224.379,95
Impostos a recuperar	1.390.102,07	1.503.777,19
Governança corporativa	5.299.510,35	2.802.764,91
Demais contas a receber	601.262,66	114.628,64
	10.688.276,28	6.999.978,17
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Aplicação financeira	67.059,20	50.005,76
Depósitos judiciais	937.105,21	940.108,31
Ativos não circulantes mantidos para venda	1.847.848,03	1.937.848,03
	2.852.012,44	2.927.962,10
Investimentos	17.822,90	1.000,00
Imobilizado	31.542.161,99	34.999.634,53
Intangível	9.763.737,84	10.131.479,74
	41.323.722,73	45.132.114,27
	44.175.735,17	48.060.076,37
TOTAL DO ATIVO	54.864.011,45	55.060.054,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 27.177.468/0001-02
Balanco Patrimonial

PASSIVO

	2025	2.024
CIRCULANTE		
Fornecedores	66.150,85	6.769.732,42
Empréstimos contraídos	-	8.239.836,34
Salários e encargos sociais	1.907.913,15	709.184,93
Impostos e contribuições a recolher	4.001.072,67	2.005.976,56
Provisões para férias e encargos	791.326,92	443.772,55
Adiantamentos de clientes	681.776,73	154.028,34
Demais contas a pagar	573.548,37	829.807,90
	8.021.788,69	19.152.339,04
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores - Recuperação Judicial	10.497.628,80	4.800.000,00
Empréstimos contraídos - Recuperação Judicial	29.714.917,03	21.112.869,96
Impostos e contribuições	1.806.742,17	1.327.336,46
Provisão de passivos cíveis e trabalhistas	4.542.734,41	4.542.734,41
Demais contas a pagar - Recuperação Judicial	80.500,00	-
	46.642.522,41	31.782.940,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.692.808,00	2.692.808,00
Reservas de reavaliação patrimonial	11.618.039,44	11.618.039,44
Reservas de lucros	(14.111.147,09)	(10.186.072,77)
	199.700,35	4.124.774,67
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.864.011,45	55.060.054,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de reavaliação patrimonial	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.692.808,00	11.618.039,44	(6.833.132,09)	7.477.715,35
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(3.352.940,68)	(3.352.940,68)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.692.808,00	11.618.039,44	(10.186.072,77)	4.124.774,67
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(3.925.074,32)	(3.925.074,32)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.692.808,00	11.618.039,44	(14.111.147,09)	199.700,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstração do Resultado

	2025	2.024
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	38.519.129,70	28.322.800,62
Deduções da receita bruta de Serviços	(5.666.914,64)	(4.148.748,02)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	32.852.215,06	24.174.052,60
Custo dos serviços prestados	(21.738.359,19)	(15.200.793,19)
LUCRO BRUTO	11.113.855,87	8.973.259,41
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(12.294.304,33)	(12.782.504,46)
Gerais e administrativas	(5.449.145,55)	(8.061.429,15)
Remuneração dos administradores	(1.503.414,67)	(1.210.914,91)
Depreciações e amortizações	(5.341.744,11)	(3.510.160,40)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.180.448,46)	(3.809.245,05)
RESULTADO FINANCEIRO	(3.108.253,12)	(3.633.278,57)
Despesas financeiras	(3.688.880,57)	(3.942.306,45)
Receitas financeiras	580.627,45	309.027,88
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	363.627,26	4.089.582,94
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.925.074,32)	(3.352.940,68)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-
Provisão do imposto de renda do período	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.925.074,32)	(3.352.940,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Método Indireto

Prejuízo Líquido Apurado			(3.925.074,32)
Créditos a Receber	(790.547,18)		
Tributos a Recuperar	113.675,12		
Agências Terceirizadas	(37.064,31)		
Adiantamentos	(2.553.770,41)		
Estoques	267.080,32		
Depreciação	4.500.225,64		
Depositos Judiciais	3.003,10		
Outras Contas a Receber	(429.609,05)	1.072.993,23	
Fornecedores	(1.005.952,77)		
Tributos Estaduais	772.448,65		
Tributos Federais	861.880,81		
Obrigações Trabalhistas	1.546.282,59		
Parcelamentos	360.766,65		
Créditos de Terceiros	351.988,86	2.887.414,79	
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			3.960.408,02
Investimentos	56.123,66		
Terrenos	(20.000,00)		
Veículos	(655.011,20)		
Maquinas e Equipamentos	-		
Intangível	-	(618.887,54)	
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			(618.887,54)
Financiamentos de Curto Prazo	3.101.072,31		
Financiamentos de Longo Prazo	(2.738.861,58)		
Parcelamentos LP	479.405,71		
Ajustes do Patrimônio Líquido	-	841.616,44	
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			841.616,44
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA			258.062,60
Saldo de Caixa e Equivalentes em 31/12/2024	215.310,28		
Saldo de Caixa e Equivalentes em 31/12/2025	473.372,88	258.062,60	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2.024
Resultado Líquido do Período	<u>(3.925.074,32)</u>	<u>(3.352.940,68)</u>
(+-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
(+-) Ganhos/Perdas de conversão das Demonstrações Contábeis	-	-
(+-) Ganhos ou Perdas Atuariais (benefícios a empregados)	-	-
(+-) Mudanças nos Valores Justos de Instrumentos de Hedge	-	-
(+-) Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
(=) Resultado Abrangente Total	<u>(3.925.074,32)</u>	<u>(3.352.940,68)</u>

VIAÇÃO REAL ITA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ Nº 27.177.468/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (EM REAIS)

1. Informações gerais

A **Viação Real Ita S.A. – Em Recuperação Judicial**, com sede na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES, teve seu início em 1953 e desde 1962 atua com a presente denominação social. Tem como atividade econômica principal o transporte rodoviário coletivo de passageiros. Suas concessões permitem uma atuação municipal, intermunicipal e interestadual, atendendo aos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com uma frota de cerca de 101 ônibus, a entidade atende aos municípios de Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Jerônimo Monteiro, Marechal Floriano, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, São José do Calçado, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana e Vitória, no Estado do Espírito Santo, e Itaperuna, Natividade, Porciúncula e Varre Sai, no Estado do Rio de Janeiro, e Carangola, Espera Feliz, Eugenópolis, Tombos, no Estado de Minas Gerais, por meio de linhas que atendem mensalmente a cerca de 205.000 passageiros.

Em 24 de junho de 2025, a Administração da Empresa protocolou, perante a 3ª Vara Civil do Estado do Espírito Santo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES, o pedido de Recuperação Judicial (Processo nº 5007426-72.2025.8.08.001), nos termos da [Lei nº 11.101/2005](#).

O pedido foi motivado pela necessidade de renegociar seu passivo financeiro e readequar sua estrutura de capital, garantindo a manutenção de suas atividades operacionais, os empregos e o interesse de seus clientes e fornecedores.

O deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorreu em 22 de setembro de 2025, o que resultou na suspensão temporária (conhecida como *stay period*) de todas as ações e execuções contra a Empresa pelo prazo de 180 dias.

O Plano de Recuperação Judicial detalhando as condições e prazos para a quitação das dívidas foi apresentado em 19 de novembro de 2025 e ainda não foi aprovado em Assembleia Geral de Credores.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração acredita que o deferimento da Recuperação Judicial, aliado ao cumprimento do Plano de Recuperação e às medidas de reestruturação interna, reestabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa, garantindo a sua viabilidade

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 1.000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº

1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME. As Demonstrações financeiras são apresentadas em unidades de real.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e as contas garantidas.

2.3. Ativos financeiros

A entidade classifica os seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) instrumentos financeiros, (b) recebíveis, adiantamentos e empréstimos, e (c) títulos patrimoniais. Todos são mensurados pelo custo, menos perdas por redução ao valor recuperável de ativos, menos provisão para perdas, quando for o caso. São classificados com circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após data de emissão das Demonstrações financeiras (estes são classificados no não circulante). A administração determinada a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, quando existentes, são aplicações financeiras de renda fixa.

(b) Recebíveis, adiantamentos e empréstimos

Os recebíveis, adiantamentos e empréstimos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

2.4. Clientes

A maior parte dos serviços prestados é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Quando o crédito é estendido além dos prazos normais de crédito, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver evidência, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, entretanto, a entidade não apresenta histórico de inadimplência.

2.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui os gastos incorridos na sua aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do seu uso contínuo, e

devem estar disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais. Assim, alguns ativos, veículos e imóveis, encontram-se mantidos e destinados para venda e a entidade possui um plano de venda desses ativos.

2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em linha própria no resultado.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a entidade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos com vida útil indefinida não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Máquinas e equipamentos: 10 anos.
- Veículos: 05 anos.

- Edificações: 25 anos.
- Equipamentos de informática: 5 anos.
- Móveis e utensílios: 10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8. Intangível

2.8.1. Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e não são amortizadas por não terem vida útil definida e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas

2.8.2. Marcas e patentes

Referem-se às taxas pagas pelo registro no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) da marca "Viação Real" e a amortização é calculada pelo método linear, com base no período de 10 anos, conforme a legislação vigente, a qual foi iniciada em março de 2014, mês em que os direitos de propriedade da marca foram reconhecidos.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Em cada encerramento de exercício, os ativos financeiros, o imobilizado e os ativos intangíveis são revistas para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Similarmente, em cada encerramento de exercício, os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda menos custos para concluir e vender. Se um item de estoque (ou grupo de itens similares) apresentar problemas de recuperação, seu valor contábil é reduzido ao preço de venda menos custos para concluir e vender e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos

relacionados) em exercícios anteriores. Uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10. Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. São classificados com circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após data de emissão das Demonstrações financeiras (estes são classificados no não circulante). A administração determina a classificação no reconhecimento inicial.

2.11. Empréstimos e custos sobre empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que forem incorridos. A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em custos financeiros.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, exceto as provisões que envolvam ações judiciais, as quais são constituídas segundo as melhores estimativas realizadas pelos consultores jurídicos da entidade. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto sobre a renda representa a soma do imposto a pagar e do imposto diferido. O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas Demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias).

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de relatório e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos no resultado.

O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período de relatório.

2.14. Arrendamentos

Arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros sempre que os termos do arrendamento transfiram substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo arrendado a entidade. Todos os demais arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais. Direitos a ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da entidade, pelo valor justo do bem arrendado (ou, se for menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento), no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído na demonstração da posição financeira como uma obrigação de arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre encargos financeiros e a redução da obrigação de arrendamento, de modo a atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são deduzidos na mensuração dos resultados. Ativos mantidos em arrendamentos financeiros são incluídos no imobilizado, sendo depreciados e avaliados quanto a perdas por redução ao valor recuperável da mesma forma que ativos próprios. Aluguéis a pagar em arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear ao longo do prazo do respectivo arrendamento.

2.15. Reconhecimento das receitas

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando esses são realizados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos e impostos relacionados às vendas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Caixa	182.745,71	213.077,41
Depósitos bancários	290.627,17	2.232,87
Totais	473.372,88	215.310,28

- a) Os depósitos bancários representam saldos em bancos que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

5. Estoques

O saldo de estoque em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Peças e acessórios	654.120,50	762.944,36
Combustíveis e lubrificantes	176.974,81	256.246,66
Pneus e câmaras	78.935,33	171.876,61
Material de expediente e informática	2.589,54	3.300,62
Outros materiais e almoxarifado	44.679,45	30.011,70
Totais	957.299,63	1.224.379,95

6. Demais contas a receber

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Reembolso de avarias	-	-
Adiantamento a fornecedores	56.041,37	33.537,68
Adiantamento de salários	85.820,45	50.876,17
Outras contas a receber	459.400,84	29.791,79
Totais	601.262,66	114.205,64

7. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da entidade e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela entidade em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão assim representados:

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Causas Cíveis	66.182,31	66.182,31
Causas Trabalhistas	361.246,47	361.246,47
Bloqueios Judiciais	509.676,43	512.679,53
Totais	937.105,21	940.108,31

8. Ativos não circulantes mantidos para venda

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Veículos	1.847.848,03	1.937.848,03

Dep. Ac. De Veículos

Totais

-	-
1.847.848,03	1.937.848,03

Alguns ônibus, 32 unidades, foram destinados à venda tendo em vista tanto o plano de renovação da frota desenvolvido pela entidade quanto à redução do fluxo de passageiros de algumas linhas importantes. Nesse sentido, foram identificadas as unidades mais antigas, com anos de fabricação entre 1982 e 2001 e uns poucos de 2004 e 2008, e um plano de venda foi elaborado para se atingir esse objetivo, o qual se encontra em andamento.

Esses ativos estão avaliados ao seu valor de custo menos a depreciação do período, quando aplicável.

9. Imobilizado

	2025			2024	Anos de Depreciação (Vida útil estimada)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	830.148,28	-	830.148,28	830.148,28	-
Edificações	1.221.739,69	89.562,15	1.132.177,54	1.114.788,24	25
Veículos Passageiros	38.149.333,72	9.204.771,36	28.944.562,36	32.368.967,64	05
Veículos de Apoio	131.095,26	131.095,26	-	-	05
Máquinas e Equipamentos	535.060,74	98.937,85	436.122,89	456.469,04	10
Computadores e Periféricos	530.644,89	349.541,69	181.103,20	207.907,84	5
Móveis e utensílios	141.286,00	123.238,28	18.047,72	21.353,52	10
Ferramentas	65.850,10	65.850,10	-	-	10
	<u>41.605.158,68</u>	<u>10.062.996,69</u>	<u>31.542.161,99</u>	<u>34.999.634,56</u>	

10. Intangível

	2025			2024	Anos de Amortização
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Concessão Linha 171	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-
Linhas Costa Sul	10.000.000,00	367.741,90	9.632.258,10	10.000.000,00	25
Marcas e Patentes	4.798,00	4.798,00	-	-	10
Softwares	71.768,93	-	71.768,93	71.768,93	-
Embraer	322,04	-	322,04	322,04	-
Sicoob	59.388,77	-	59.388,77	59.388,77	-
	<u>11.456.277,74</u>	<u>1.692.539,90</u>	<u>9.763.737,84</u>	<u>10.131.479,74</u>	

- a) A Concessão da Linha 171 (Cachoeiro-Mimoso, via BR 101), teve o seu prazo de exploração vencido, por isso encontra-se totalmente amortizada. A entidade está aguardando a licitação que deve ser realizada ao longo do exercício de 2026, e a expectativa de manter a referida linha.
- b) Ao final do exercício de 2024, a empresa adquiriu as linhas que eram exploradas pela empresa Costa Sul Transportes e Turismo Ltda, agregando-as ao seu intangível.

11. Empréstimos contraídos

	Taxas	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante			
Capital de giro	1,00 % - 1,55% a.m.	-	-
Finame	1,38 % a.m - 12% a.a	-	8.239.836,34
Subtotal circulante		-	8.239.836,34
Passivo não circulante			
Capital de giro	1,00 % - 1,55% a.m.	3.882.455,26	2.344.019,14
Finame	1,38 % a.m - 12% a.a	25.832.461,77	18.768.850,82
Subtotal não circulante		29.714.917,03	21.112.869,96
Total		<u>29.714.917,03</u>	<u>29.352.706,30</u>

(a) **Capital de giro:** Trata-se de empréstimo junto aos sócios para cobertura de capital de giro.

(b) **Finame:** Trata-se de financiamentos para a aquisição de veículos que permitem tanto a ampliação da frota quanto a sua renovação. As garantias são os próprios bens adquiridos e avais dos sócios.

12. Impostos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
PIS a recolher	227.962,20	83.771,21
COFINS a recolher	1.051.444,03	386.356,38
IRPJ a recolher	337.138,76	337.138,76

CSLL a recolher	141.864,56	141.864,56
Retenções na fonte	83.128,87	30.526,70
ICMS a recolher	405.827,97	244.689,06
ISSQN a recolher	238.464,47	14.890,92
Tarifa Ceturb Sitrip	431.716,69	43.980,50
Parcelamentos estaduais ordinários	398.176,17	363.434,98
Parcelamentos estaduais REFIS	237.042,42	249.226,49
Parcelamentos diversos	448.306,53	110.097,00
Total	4.001.072,67	2.005.976,56

13. Salários, encargos sociais e provisões

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Salários e Pró-labore	372.942,62	280.152,77
INSS a recolher	1.474.134,81	392.378,91
FGTS a recolher	55.599,88	34.939,23
Contr. Sindical a recolher	5.235,84	1.714,02
Provisão para férias	791.326,92	443.772,55
Total	2.699.240,07	1.152.957,48

14. Impostos e contribuições - Longo prazo

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Parcelamentos estaduais ordinários	403.999,41	407.532,97
Parcelamentos estaduais REFIS	502.800,69	723.035,10
Parcelamentos diversos	899.942,07	196.768,39
Total	1.806.742,17	1.327.336,46

15. Contingencias possíveis

A entidade tem ativos e passivos contingentes decorrentes do curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2025, segundo as melhores estimativas realizadas pelos advogados externos, os passivos contingentes somam R\$ 4.542.734,41.

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Causas Cíveis	2.864.990,45	2.864.990,45
Causas Trabalhistas	681.286,24	681.286,24
Causas Fiscais	996.457,72	996.457,72
Total	4.542.734,41	4.542.734,41

16. Patrimônio líquido

- (a) **Capital social:** Em 31/12/2025 o Capital Social totalmente integralizado e subscrito em moeda corrente, corresponde a R\$ 2.692.808,00 (dois milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e oito reais) representado por 2.692.808 (dois milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e oito) ações assim distribuídas: 1.346.404 (um milhão trezentas e quarenta e seis mil, quatrocentos e quatro) ações ordinárias, também denominadas ações de Classe A, todas nominativas e com direito a voto, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e, 1.346.404 (um milhão trezentas e quarenta e seis mil, quatrocentos e quatro) ações preferenciais, também denominadas ações de Classe B, nominativas, sem direito a voto e com garantia de recebimento de lucros e dividendos com 10% (dez por cento) de elevação em face dos lucros e dividendos distribuídos as demais classes de ações, tendo cada ação preferencial o valor nominal de R\$ 1,00 (um real).
- (b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se nos ajustes pela aplicação do valor justo como custo atribuído do imobilizado, nos termos da Seção 35 da NBC TG 1.000 e ITG 10, cuja adoção inicial se deu no exercício de 2013. Em função da depreciação do período, os valores correspondentes são transferidos para a conta "Resultados acumulados".
- (c) **Distribuição de lucros:** Anualmente a diretoria delibera a parcela do lucro que será distribuída a seus sócios sob a forma de dividendos, observando a necessidade de reinvestimento da entidade.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 31 de dezembro de 2025.

SAULO DE
TOLEDO
FRAGA:09086788785
788785

Assinado de forma
digital por SAULO DE
TOLEDO
FRAGA:09086788785
Dados: 2026.08.25
08:34:00 -03'00'

Saulo de Toledo Fraga
Diretor
CPF nº 090.867.887-85

ROGERIO
ROMUALDO:
86213610782

Assinado de forma digital
por ROGERIO
ROMUALDO:86213610782
Dados: 2026.08.25 08:34:24
-03'00'

Rogério Romualdo
Diretor
CPF nº 862.136.107-82

ROGERIO
ROMUALDO:
86213610782

Assinado de forma
digital por ROGERIO
ROMUALDO:8621361
0782
Dados: 2026.08.25
08:34:44 -03'00'

Rogério Romualdo

Contabilista

CRC/ES n 7.926/O-8

CPF n° 862.136.107-82